

em destaque:

Dijsselbloem deve demitir-se

Durante o debate sobre a segunda avaliação do programa de ajustamento económico para a Grécia, aberto pelo presidente do Eurogrupo, **Jeroen Dijsselbloem**, os Eurodeputados Portugueses que intervieram no debate, **Paulo Rangel** (PSD), **Pedro Silva Pereira** (PS) e **João Ferreira** (PCP) dirigiram-se ao presidente do Eurogrupo para lhe dizer que não tem condições para continuar no cargo.

Jeroen Dijsselbloem lamentou que as declarações feitas a um jornal alemão tenham sido interpretadas como uma referência ao “*laxismo fiscal*” dos países do sul da Europa.

“*Nunca foi minha intenção ofender alguém*”, afirmou.

A explicação dada por Dijsselbloem gerou reações diferentes por parte dos eurodeputados.

Os eurodeputados portugueses que intervieram no debate com o presidente do Eurogrupo foram unânimes em apontar a Jeroen Dijsselbloem “*a porta da rua*”, face ao “*preconceito*” demonstrado relativamente aos países do sul da Europa.

Paulo Rangel disse:

“*Senhor Presidente do Eurogrupo, tenho que lhe dizer olhos nos olhos que, se ninguém foi capaz de o fazer na reunião do Eurogrupo, eu aqui no Parlamento Europeu digo-lhe, cara a cara e olhos nos olhos, que nós não nos satisfazemos com um simples pedido de desculpas.*

Senhor Dijsselbloem, aqui, numa instância que representa os povos europeus, digo-lhe só tem uma saída: é demitir-se e demitir-se quanto antes”.

ver pág. 4

Turquia em suspenso

Os recentes desenvolvimentos na **Turquia** exigem que a **UE procure alternativas à adesão da Turquia ao bloco europeu**, disseram os eurodeputados num debate com o comissário europeu, Johannes Hahn.

ver pág. 5

Pesca nas RUP's

O Parlamento Europeu (PE) pediu à Comissão Europeia que analise a possibilidade de criar um instrumento financeiro dedicado especificamente ao **apoio à pesca nas regiões ultraperiféricas (RUP)**, como a Madeira e os Açores.

ver pág. 6

Crise na Venezuela

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a situação na Venezuela, na qual exorta o governo venezuelano a assegurar o pleno **restabelecimento da ordem democrática** e a **libertar imediatamente todos os presos políticos**.

ver pág. 9

Índice

Parlamento Europeu levanta imunidade de António Marinho e Pinto.....	3
Eurodeputados Portugueses pedem a demissão de Jeroen Dijsselbloem.....	4
Eurodeputados querem revisão das relações UE-Turquia e suspensão das negociações de adesão.....	5
Parlamento Europeu defende criação de fundo específico para as pescas nas regiões ultraperiféricas.....	6
Eurodeputados debatem situação na Hungria com Viktor Orbán.....	8
Parlamento Europeu insta Venezuela a restabelecer ordem democrática e a libertar presos políticos.....	9
Eurodeputados querem regras para combater exploração laboral no setor do vestuário.....	12
Ordem do dia da Sessão.....	14

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Parlamento Europeu levanta imunidade de António Marinho e Pinto

O Parlamento Europeu decidiu levantar a imunidade parlamentar do eurodeputado António Marinho e Pinto. O pedido feito pelas autoridades portuguesas diz respeito a alegados crimes de difamação e de ofensa a organismo, serviço ou pessoa coletiva, no seguimento de uma queixa apresentada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A queixa da Santa Casa da Misericórdia diz respeito a declarações proferidas por António Marinho e Pinto em 30 de maio de 2015, no decorrer do programa «A Propósito» da SIC Notícias (essas declarações são reproduzidas no relatório da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos hoje aprovado em plenário):

«Sobre a segurança social, posso-lhe dizer, deve-se separar a dimensão da solidariedade que compete ao Estado; não deve ser paga à custa das reformas dos trabalhadores, percebe? Deve ser o Orçamento Geral do Estado. Deve ser através dos impostos que se pratica a solidariedade social, através desta Instituição enorme que é a Misericórdia de Lisboa, que gere milhões e milhões e milhões, está a ser esbanjado aí muitas vezes em benefícios pessoais, em interesses pessoais (...). Acho que o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa seria melhor que o Dr. Pedro Santana Lopes e depois da experiência governativa de Santana Lopes e, aliás, enfim, era até bom ver como é que o Provedor está a trabalhar, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa está a trabalhar para a sua candidatura, com que recursos, com que meios...».

Declaração de Marinho e Pinto sobre o pedido de levantamento da imunidade

António Marinho e Pinto explicou: “O levantamento da minha imunidade parlamentar foi pedido no âmbito de uma queixa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) por, alegadamente, eu ter ofendido a credibilidade, o prestígio ou a confiança dessa instituição numa entrevista a uma estação de televisão. Nessa entrevista, eu manifestara, enquanto eurodeputado, preocupações por a SCML estar a ser usada, então, como trampolim para o lançamento da candidatura à Presidência da República do seu atual provedor, Dr. Pedro Santana Lopes”.

“Não foi, obviamente, a «Santa Casa» que eu visei mas sim alguns dos seus dirigentes, como vieram, posteriormente, comprovar as buscas judiciais realizadas nas residências de alguns deles e nas instalações da própria SCML”, acrescentou.

“Por isso, eu também solicitei o levantamento da minha imunidade parlamentar para poder ir ao Tribunal defender-me e requerer a minha constituição como assistente no processo-crime por participação económica em negócio no âmbito do qual foram realizadas as referidas buscas judiciais”, afirmou.

Atos alegados não têm ligação direta ou óbvia com as funções de eurodeputado

O relatório da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos diz que “os atos alegados não têm uma ligação direta ou óbvia com o exercício, por António Marinho e Pinto, das suas funções de deputado ao Parlamento Europeu e dizem respeito a atividades de natureza puramente nacional, uma vez que as declarações foram proferidas num programa televisivo em Portugal e incidiram sobre uma questão especificamente portuguesa respeitante à gestão de uma associação de direito nacional”.

O Parlamento Europeu considera que a acusação não tem qualquer relação com o estatuto de Marinho e Pinto enquanto eurodeputado, decidindo assim levantar a sua imunidade parlamentar.

O pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Marinho e Pinto foi apresentado por um juiz da Comarca de Lisboa Oeste (Oeiras) em 23 de setembro de 2016 e anunciado pelo anterior presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, na sessão plenária de 24 de outubro.

Eurodeputados Portugueses pedem a demissão de Jeroen Dijsselbloem

Durante o debate sobre a segunda avaliação do programa de ajustamento económico para a Grécia, aberto pelo presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, os Eurodeputados Portugueses que intervieram no debate, Paulo Rangel (PSD), Pedro Silva Pereira (PS) e João Ferreira (PCP) dirigiram-se ao presidente do Eurogrupo para lhe dizer que não tem condições para continuar no cargo.

Jeroen Dijsselbloem lamentou que as declarações feitas a um jornal alemão tenham sido interpretadas como uma referência ao “*laxismo fiscal*” dos países do sul da Europa.

“*Nunca foi minha intenção ofender alguém*”, afirmou.

A explicação dada por Dijsselbloem gerou reações diferentes por parte dos eurodeputados.

Os eurodeputados portugueses que intervieram no debate com o presidente do Eurogrupo foram unânimes em apontar a Jeroen Dijsselbloem “*a porta da rua*”, face ao “*preconceito*” demonstrado relativamente aos países do sul da Europa.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Paulo Rangel (PPE) “*Senhora Presidente, Senhor Presidente do Eurogrupo, Senhor Comissário Moscovici, caro Senhor Presidente do Eurogrupo, tenho que lhe dizer olhos nos olhos que, se ninguém foi capaz de o fazer na reunião do Eurogrupo, eu aqui no Parlamento Europeu digo-lhe, cara a cara e olhos nos olhos, que nós não nos satisfazemos com um simples pedido de desculpas.*

O Sr. Presidente do Eurogrupo não tem condições para continuar como presidente do Eurogrupo porque, depois de ter feito as declarações que fez, mostra que tem um preconceito. Como é que pode estar aqui a falar sobre a Grécia, quando tem um preconceito relativamente ao povo grego, ao povo cipriota, ao povo português, que fizeram os maiores sacrifícios e que o fizeram com governos, curiosamente do PPE, quando foram os governos socialistas, da sua família política, que destruíram as nossas contas públicas e que puseram países como a Grécia, como Chipre e como Portugal na bancarrota, obrigados a fazerem um programa exigentíssimo?

Acha que pessoas que fizeram imensos sacrifícios, que tiveram que abdicar dos seus salários, das suas pensões, são pessoas que gastam o dinheiro em copos e mulheres? É essa a sua conceção? Como é que alguém com esta mentalidade tem autoridade e legitimidade para vir aplicar programas e dar soluções para a Grécia, como é o caso de hoje, ou para Portugal, ou para Chipre, ou para outros países?

Senhor Dijsselbloem, aqui, numa instância que representa os povos europeus, digo-lhe só tem uma saída: é demitir-se e demitir-se quanto antes”.

Pedro Silva Pereira (S&D) “*Senhora Presidente, Senhor Dijsselbloem, fique claro que as explicações que veio dar a este Parlamento sobre as suas inaceitáveis declarações sobre os países do Sul chegam tarde, não apagam a gravidade dos seus insultos e não lhe devolvem nem a credibilidade nem as condições políticas para prolongar o seu mandato como presidente do Eurogrupo.*

Quanto à Grécia, esta demora na conclusão da avaliação do programa é intolerável, quando são evidentes os resultados alcançados pelo governo e pelo povo grego e quando a Comissão Europeia vem aqui elogiar os progressos feitos. A verdade é que a Grécia está a

ser vítima de posições mais interessadas nas eleições da Alemanha do que em defender a zona euro.

É urgente acabar com isto, parar de brincar com o fogo e finalmente fechar este programa, fazer justiça à Grécia e ao povo grego”.

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, Senhor Presidente do Eurogrupo, houvesse da parte das instituições da União Europeia um pingo de respeito pelos povos dos países que o senhor ofendeu, e pelas mulheres europeias, e o senhor já não ocuparia esse lugar.*

Mostrar-lhe a porta da rua, como lhe fizeram os eleitores do seu país, seria, para não ir mais longe, um ato de elementar bom senso e civilidade. Mas o facto de ainda se sentar aí diz muito do estado miserável a que tudo isto chegou. Pior do que as suas deploráveis declarações é o que elas traduzem de uma realidade, a da zona euro, em que países e povos inteiros são submetidos a relações permanentes de dominação e subjugação que constroem e impedem o seu desenvolvimento soberano.

A incansável disponibilidade do laçao para agradar ao chefe torna-se ridícula e desprezível. Mas apenas isso, o verdadeiro problema é bem maior do que esse. Sr. Dijsselbloem, apesar de ainda ocupar essa cadeira, não se iluda, aquilo que representa não tem futuro”.

Eurodeputados querem revisão das relações UE-Turquia e suspensão das negociações de adesão

A União Europeia não está a fechar a porta à Turquia, mas os recentes desenvolvimentos no país exigem que a UE procure alternativas à adesão da Turquia ao bloco europeu, disseram os eurodeputados num debate com o comissário europeu responsável pela Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento, Johannes Hahn.

Na abertura do debate, o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, urgiu a Turquia a respeitar os direitos fundamentais, nos quais assenta a UE. Tajani disse que *“a Europa não é um continente islamofóbico e não está a fechar a porta aos cidadãos turcos”.*

Alguns eurodeputados afirmaram que não acreditam que a Turquia se torne um membro pleno da UE, enquanto outros propuseram a suspensão das negociações de adesão, mas que se deixe a possibilidade de o país mudar de curso e de serem reatadas as conversações.

O debate incidiu sobre o impacto do referendo constitucional realizado no dia 16 de abril na Turquia, que reforçou os poderes do Presidente Recep Tayyip Erdoğan, e o futuro das relações entre a UE e este país.

Parlamento Europeu defende criação de fundo específico para as pescas nas regiões ultraperiféricas

O Parlamento Europeu (PE) pediu à Comissão Europeia que analise a possibilidade de criar um instrumento financeiro dedicado especificamente ao apoio à pesca nas regiões ultraperiféricas (RUP), como a Madeira e os Açores.

O relatório aprovado em plenário sobre a gestão das frotas de pesca nas RUP aborda ainda questões como a renovação e a modernização das frotas artesanais, o desenvolvimento da aquicultura e incentivos para promover a entrada dos jovens no setor da economia marítima.

Fundo específico para as RUP

O PE considera que a política comum das pescas (PCP) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), concebidos para enfrentar os problemas e os desafios da Europa continental, “respondem de forma limitada às especificidades das pescas nas RUP”.

No relatório aprovado por 428 votos a favor, 64 contra e 118 abstenções, os eurodeputados exortam a Comissão Europeia “a estudar, com base no POSEI para o setor agrícola das RUP, a possibilidade de criar o mais brevemente possível um instrumento financeiro dedicado especificamente ao apoio à pesca, suscetível de verdadeiramente valorizar o seu potencial de pesca”.

Esse instrumento financeiro poderia reunir disposições do FEAMP relativas aos auxílios estatais, aos recursos orçamentais no âmbito da gestão partilhada e ao regime de compensação, entre outras.

O PE pede também aos Estados-Membros que promovam a utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e que reforcem as sinergias existentes entre os diferentes fundos nas RUP, com vista a desenvolverem oportunidades económicas para todos os intervenientes na economia azul. Incentiva, em particular, investimentos em projetos de revalorização das profissões da pesca e em projetos que promovam a atração de jovens, a introdução de técnicas de pesca seletivas e o desenvolvimento do setor.

Os parlamentares apelam à elaboração de uma estratégia para cada bacia marítima regional, adaptada à situação específica de cada uma das regiões ultraperiféricas.

Apoio à renovação da frota artesanal e tradicional

Numa alteração aprovada em plenário, os eurodeputados solicitam à Comissão que introduza medidas de apoio de modo a permitir o “financiamento (a nível nacional ou da UE) dos navios de pesca artesanal e tradicional das RUP que desembarquem as suas capturas nos portos das RUP e contribuam para o desenvolvimento sustentável local, no intuito de aumentar a segurança humana, em consonância com as normas de higiene europeias, lutar contra a pesca INN e alcançar um nível superior de eficiência ambiental”.

Esta renovação da frota de pesca deve, no entanto, respeitar os limites máximos de capacidade autorizados, cingir-se à substituição de um navio antigo por um novo, permitir uma pesca sustentável e alcançar o objetivo de rendimento máximo sustentável (MSY), acrescentam.

O relatório diz também que é necessário melhorar a recolha de dados referentes aos recursos haliêuticos e a avaliação do impacto das embarcações de pequena dimensão nas RUP, a fim de fortalecer as bases científicas para as possibilidades de pesca nestas regiões.

Atum rabilho nos Açores

O PE defende a revisão da distribuição de quotas para certas espécies, “*como o aumento da quota do atum rabilho nos Açores*”, e a abertura de possibilidades de captura de outras, como a gata-lixia, com base em estudos científicos e no reforço das capacidades técnicas e materiais de avaliação dos ecossistemas.

Projetos de aquicultura e incentivos aos jovens

O potencial da aquicultura deve ser explorado de forma mais eficaz nas RUP, com o apoio da UE, visto que pode gerar novas possibilidades de produção e de produtos de elevada qualidade.

O relatório recomenda ainda a criação de “*melhores incentivos no quadro de um futuro FEAMP para incentivar os jovens a trabalhar na economia marítima*”, nomeadamente através da formação profissional e da promoção de medidas que melhorem os rendimentos no setor.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “*A situação das pescas na Europa continental não reflecte a situação nas Regiões ultraperiféricas (RUP).*”

As RUP salientam a necessidade de modernizar as suas frotas de pesca e introduzir uma maior flexibilidade nas disposições financeiras com vista a encorajar investimentos destinados a renovar as frotas. Consideram que a integração tardia das RUP na Política Comum de Pescas (PCP) está na origem dos problemas específicos que as frotas actuais enfrentam, nomeadamente a reduzida dimensão, capacidade e autonomia dos navios no mar, e a degradação das frotas de pesca, que colocam em perigo a segurança dos pescadores.

Deve pois ser autorizado o aumento da ajuda para a substituição ou renovação das frotas nas RUP permitindo deste modo diversificar a pesca e as zonas de pesca, aumentar a eficiência energética dos motores, cumprir as normas da UE em matéria de segurança e higiene e melhorar a qualidade das pescarias.

Esforços adicionais no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (CLLD) poderiam contribuir para reestruturar o sector, bem como para criar as infraestruturas portuárias necessárias. Quaisquer que sejam os meios propostos para o futuro, é importante garantir uma pesca sustentável e o bom estado das populações de peixes”.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE) “*Senhor Presidente, hoje destacamos, uma vez mais, a relevância da economia azul, dos assuntos marítimos, mas, mais em concreto, a importância das pescas para o desenvolvimento económico e social das regiões ultraperiféricas. Precisamos claramente do empenho de todos, agentes políticos, autoridades regionais e locais, para a definição da futura política comum de pescas.*

Hoje, reforçamos a necessidade da existência do instrumento de financiamento europeu dedicado às pescas, à semelhança do que acontece na agricultura. Pugnamos por uma União mais solidária, por uma Europa mais social, por uma Europa que respeita e cumpre os seus Tratados. Tê-la-emos, se não falharmos com os pescadores ultraperiféricos, também eles cidadãos europeus.

Apoiar a renovação das embarcações de pesca ultraperiféricas não coloca em causa a política comum de pescas nem o FEAMP. São embarcações com características e constrangimentos específicos. Renová-las é garantir a segurança aos que trabalham no mar, é melhorar a qualidade do pescado, é proteger o ecossistema marinho.

Conte com a aprovação desta causa por parte de todos os partidos políticos, certa de que não decepcionarão os cidadãos que nos elegeram para aqui os defender”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) “*Senhor Presidente, quero também saudar o esforço e a dedicação da relatora Ulrike Rodust. As regiões ultraperiféricas são zonas diferenciadas e, por essa razão, são alvo de um artigo específico no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Apoando-se neste contexto jurídico, o relatório de iniciativa que aqui discutimos apela, e bem, à criação de um instrumento de financiamento que diferencie estas*

regiões. Para que possam ser atribuídas ajudas públicas para a substituição de embarcações, amanhã será votada uma alteração que apela à abertura dessa possibilidade. É importante que as ajudas públicas possam ser atribuídas aos pescadores destas zonas remotas e isso não fere a política comum de pescas, apenas exige a alteração de uma recomendação da Comissão Europeia. Reforço, as ajudas públicas para a substituição de embarcações estão inibidas por uma recomendação da Comissão, não é pelo regulamento base da PCP. Uma recomendação que não passou sequer pelo Parlamento Europeu, nem pelo Conselho Europeu”.

João Ferreira (CEUE/EVN) “Senhor Presidente, este relatório reconhece que a política comum das pescas não responde às especificidades e necessidades das regiões ultraperiféricas. É um passo positivo, mas que exige agora, no mínimo, alterações legislativas que corrijam o que está errado.

Valorizamos a proposta de criação de um novo POSEI-Pescas, pelo qual há muito nos batemos e que consideramos essencial para combater desvantagens e constrangimentos permanentes que estas regiões enfrentam.

No que diz respeito às necessidades de modernização e renovação da frota pesqueira destas regiões, é necessário ir mais longe e, por isso, apoiamos a proposta de alteração que vai nesse sentido, que nos parece extremamente ponderada e moderada.

Continuaremos a lutar pelo alargamento da área de reserva de acesso exclusivo para as frotas de cada região até ao limite da Zona Económica Exclusiva, ou seja, das atuais 100 para as 200 milhas. Assim como continuaremos a apoiar medidas que discriminem positivamente os segmentos da pesca de pequena escala, tendo em vista objetivos de sustentabilidade ambiental, social e económica”.

Eurodeputados debatem situação na Hungria com Viktor Orbán

A situação na Hungria foi discutida em plenário com o vice-presidente da Comissão responsável pelos Direitos Fundamentais, Frans Timmermans, e o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán. Um dos assuntos em destaque foi a nova legislação húngara sobre o ensino superior, vista como um ataque à Universidade da Europa Central.

O tratamento dos migrantes e refugiados, os casos relativos a ONGs e as posições sobre a União Europeia foram outros dos assuntos abordados.

Relativamente à lei do Ensino Superior, o primeiro vice-presidente do executivo comunitário, Franz Timmermans, disse que “a análise que a Comissão Europeia fez à lei confirmou as nossas preocupações sobre violar as leis do mercado interno e a carta dos direitos fundamentais”. Nesse sentido “o Colégio de Comissários decidiu, portanto, lançar um processo de infração contra a Hungria, enviando uma carta formal de notificação e ficando a aguardar uma reação”

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Ana Gomes (S&D) “A 25 de Abril de 1974, depois de 48 anos de ditadura, Portugal viveu as primeiras horas de uma esperada liberdade. Como tantos outros países no espaço europeu, aquela foi uma liberdade demasiado esperada. Portugal tornou-se membro da CEE em 1986 sobretudo para ancorar sólida e irreversivelmente o processo democrático iniciado em 74. Anos mais tarde foi a vez de a Hungria reconquistar a liberdade e, em 2004, de aceder à União Europeia, subscrevendo os seus princípios fundamentais. É intolerável e alarmante, por isso, que estejamos há anos a assistir à erosão da democracia e do Estado de Direito na União Europeia, a partir de Budapeste sob chefia de Viktor Orbán, contando com inexplicáveis proteções políticas do Partido Popular Europeu e complacência da Comissão e do Conselho. O trajeto governamental do Primeiro-Ministro Viktor Orbán, fomentando a xenofobia e atacando miseravelmente refugiados, e os seus discursos recentes advogando o

que chama «democracia iliberal», poem em causa princípios fundamentais da União Europeia. Apoio, por isso, o processo de infração iniciado pela Comissão Europeia face à tentativa do governo húngaro de fechar a Universidade Central Europeia e interferir com a sua independência académica. Tal iniciativa só peca por vir tarde, muito tarde”.

Parlamento Europeu insta Venezuela a restabelecer ordem democrática e a libertar presos políticos

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a situação na Venezuela, na qual exorta o governo venezuelano a assegurar o pleno restabelecimento da ordem democrática e a libertar imediatamente todos os presos políticos.

Os eurodeputados condenam a “*brutal repressão*” exercida pelas forças de segurança venezuelanas, bem como por grupos armados irregulares, contra manifestações pacíficas de que resultaram mais de 20 mortos e um grande número de feridos.

Na resolução aprovada por 450 votos a favor, 35 contra e 100 abstenções, o PE condena a “*contínua violação inconstitucional da ordem democrática na Venezuela*”, a ausência de separação de poderes e a falta de independência dos ramos do governo. Os eurodeputados rejeitam as decisões do Supremo Tribunal da Venezuela de suspender os poderes da Assembleia Nacional (controlada pela oposição), afirmando que se trata de uma ação “*fundamentalmente antidemocrática, que constitui uma violação direta da Constituição venezuelana*”.

O PE saúda a vontade expressa por muitos países da região em facilitar um processo de mediação e exorta a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, a “*explorar ativamente, em conjunto com as organizações internacionais e regionais, outras medidas que permitam à UE restabelecer a democracia plena na Venezuela*”.

Libertação dos presos políticos e realização de eleições livres

A resolução salienta que “*não pode haver uma solução pacífica duradoura para a Venezuela a longo prazo se houver presos políticos*”. O PE solicita ao governo venezuelano que garanta a libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos e que apresente o mais rapidamente possível um calendário eleitoral que permita a realização de processos eleitorais livres e transparentes. O governo deve também pôr termo “*à prática de marginalização dos líderes da oposição através da privação dos seus direitos políticos*”.

Ajuda humanitária

Os eurodeputados apelam às autoridades venezuelanas para que autorizem a entrada de ajuda humanitária no país com carácter de urgência e permitam o acesso das organizações internacionais que pretendam apoiar os setores mais afetados da sociedade.

O PE exorta a comunidade internacional e, em particular, os países vizinhos e os países da UE “*a terem em conta a crise humanitária que pode ser desencadeada em consequência do elevado número de cidadãos venezuelanos que estão a sair do seu país*”.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “*Ao ignorar as resoluções deste Parlamento e apelos da comunidade internacional, o Presidente Maduro tem agravado o caos social que já causou dezenas de mortos e centenas de feridos. Acabar com este flagelo é urgente e está ao alcance do Governo. A decisão do Supremo Tribunal de assumir a função legislativa, retirando-a à*

Assembleia Nacional (onde o Governo não tem maioria parlamentar) viola a separação de poderes e coloca em causa a ordem constitucional.

As detenções arbitrárias que elevaram o número de presos políticos para mais de cem, soma-se a decisão de proibir o líder da oposição de exercer cargos políticos por 15 anos. Estas decisões discricionárias impedem a reconciliação nacional. Não aceitamos prisões políticas nem prisioneiros de consciência. A suspensão de eleições e o impedimento de um referendo são actos inconstitucionais e antidemocráticos. A normalidade democrática só será retomada com a realização de eleições livres. Subscrevo a posição da Organização dos Estados Americanos e critico a saída da Venezuela da organização, prova do isolamento internacional a que está votado o Governo de Caracas.

Preocupa-me, especialmente, a situação da comunidade portuguesa residente na Venezuela. Partilho a sua angústia e manifesto a minha solidariedade.

Por estas razões, apoio a presente resolução”.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE) *“Senhor Presidente, a Venezuela atravessa uma delicada situação económica, com repercussões em termos políticos, sociais e de segurança, que não nos pode deixar indiferentes.*

A comunidade portuguesa, os luso-descendentes, os meus conterrâneos madeirenses fazem-me chegar relatos desoladores, de um cenário de insegurança, de pobreza extrema, de prejuízos nas atividades empresariais que afetam portugueses e venezuelanos.

Manifesto, pois, toda a minha solidariedade à população venezuelana, com o ensejo que no vosso país se exerça o mais absoluto respeito pela democracia, num combate velado à criminalidade, ao desemprego e à pobreza.

Reitero, nesta mensagem, um apelo à União Europeia, aos governos nacionais de um apoio ativo, com medidas que minorizem este estado de emergência social e económica e que não abram mão de fazer chegar todo e qualquer apoio a todos quantos dele necessitam na Venezuela. Nenhum de nós pode ficar indiferente, sob pena de vermos sucumbir a democracia e o princípio do respeito e da dignidade pela pessoa humana”.

José Inácio Faria (PPE) *“Senhor Presidente, Senhora Comissária, isto seria para o Sr. João Ferreira mas, não está aqui. Recebi agora da Venezuela a seguinte mensagem que vou passar a ler:*

«Venezuela, hoy día, necesita más del mundo. La gente, muerta de hambre, come de la basura. Los policías te roban, los ladrones te matan a diario. La gente pelea por una sola ración de harina por semana; a veces no tienen qué comer y tienen que comer así sea papas hervidas en agua. Eso u otro tipo de situaciones inhumanas que se viven en Venezuela y que solo el que vive aquí lo entiende a la perfección».

A dura realidade, caros Colegas, é que os cidadãos na Venezuela - onde constam cerca de um milhão e meio de portugueses e luso-descendentes - vivem oprimidos. O poder judicial e o poder eleitoral continuam sujeitos aos interesses do poder executivo. A Assembleia Nacional permanece asfixiada por sentenças que usurpam as suas funções e os cidadãos privados de exercer os direitos que a constituição lhes garante, como é o caso do referendo revogatório, ou sequer de cumprir os mandatos para os quais foram legitimamente eleitos, como ilustra bem a situação do meu amigo António Ladesma, preso há mais dois anos. Na verdade, o que há na Venezuela é um povo inteiro de presos políticos. Defender a democracia sem recurso a eufemismos é uma obrigação de todos os democratas”.

Nuno Melo (PPE) *“Senhor Presidente, a Venezuela, um país irmão que acolhe mais de um milhão de portugueses e luso-descendentes vive uma tragédia. Faltam medicamentos, falta comida, falta o pão, falta a luz e falta água, falta o respeito. Quem se opõe é espancado e preso por delito de opinião. A criminalidade está descontrolada. Caracas é já a cidade mais perigosa do mundo. Com Maduro, o Natal é no primeiro de novembro. Acredita que Chávez lhe aparece na forma de um passarinho pequenino e decidiu que na função pública só se trabalha em dois dias por semana. A decisão do Supremo Tribunal foi só mais um passo num percurso alucinado de um regime à deriva. Cem anos depois da revolução bolchevique Maduro mostra ao mundo que, de cada vez que o marxismo-leninismo é poder, os recursos nacionais são transformados em miséria e os povos empobrecem.*

A extrema-esquerda, aqui, fica do lado das derivas ditatoriais, em vez de defender a democracia. Nós, não! Força e esperança para os democratas venezuelanos. No se callen,

nunca ! Acreditem na vossa luta porque a vossa luta é justa. Um abraço dos democratas portugueses”.

Ana Gomes (S&D) *“Pare-se a balela de que o que se passa na Venezuela tem o que quer que seja a ver com socialismo. É totalitarismo, estupidez e narco-corrupção do regime do Presidente Maduro, que parece muito verde mas está, de facto, podre. O povo da Venezuela é que paga os custos no seu duro quotidiano.*

Tendo em conta as fortes ligações do povo da Venezuela a povos europeus - Espanha e Portugal, designadamente -, é inacreditável que a União Europeia e este Parlamento não se impliquem mais na libertação dos presos políticos e na procura de uma solução pacífica negociada e democrática para o perigoso impasse a que o sectarismo e a cegueira conduziram aquele país cheio de recursos, mas agora a viver na miséria e, porventura, à beira de uma guerra civil. A Venezuela não precisa de golpe de Estado como o tentado há dias. Precisa sim, urgentemente, de eleições livres e justas sob supervisão internacional”.

Francisco Assis (S&D) *“Senhor Presidente, Senhora Comissária, no dia 29 de março último o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela retirou as competências à Assembleia Nacional e assumiu as funções desta, pondo assim em causa o princípio da separação de poderes e ofendendo gravemente os principais princípios democráticos. Dias depois, no meio de enormes pressões internacionais, o Supremo Tribunal fez marcha atrás, tentando convencer os venezuelanos de que tudo não teria passado, no fundo, de uma espécie de mal-entendido. De forma cínica, de resto, Nicolás Maduro procurou aparecer como um árbitro virtuoso que teria resolvido o assunto de forma expedita e eficaz. A verdade porém é outra. A verdade é que o regime autocrático nunca aceitou o resultado das eleições de dezembro de 2015. Não podemos esquecer que logo, a 11 de janeiro de 2016, o Supremo Tribunal de Justiça - que o regime manipula como lhe convém - decretou que a Assembleia Nacional se encontrava em desacato, sendo por isso nulos todos os atos que dela emanassem. E já nessa altura o mesmo tribunal ameaçou recorrer à Constituição e substituir-se ao Parlamento. O que aconteceu não foi, por isso, um mero desvario. Mas alguma coisa estará a mudar na Venezuela. A reviravolta de Nicolás Maduro revela que a sua estratégia de hostilização da oposição atingiu, aparentemente, o limite. A reviravolta de Maduro mostra que, afinal, há uma linha vermelha. Essa linha vermelha foi traçada - ou começa a ser traçada, e acreditamos nisso - no interior do próprio oficialismo . Isso foi abertamente feito pela Procuradora-Geral da Venezuela, Luísa Ortega Díaz, que falou em rutura da ordem constitucional, mas também de forma invisível, aparentemente, por algumas hierarquias militares. Isso é um dado positivo. Significa que há segmentos na esfera de influência do oficialismo que não aderem completamente a estratégia seguida até agora e que, apesar de tudo, não estão dispostos a abdicar de alguns princípios constitucionais básicos.*

O clima de polarização política que hoje se vive na Venezuela chegou a tal ponto que só poderá ser clarificado através de eleições. No entretanto, a crise económica, social e humanitária da Venezuela exige a promoção de um diálogo entre o executivo e o legislativo. Cremos que é esse o caminho que deve ser seguido. Mas, entretanto, temos que fazer, uma vez mais, um apelo muito forte e muito claro para que se promova a libertação dos presos políticos que estão encarcerados nas cadeias da Venezuela e para que se proceda à marcação das eleições regionais que já se deveriam ter realizado”.

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, no tempo dos factos alternativos, eis os factos reais que a maioria deste Parlamento teima em esconder. Entre 99 e 2006, o desemprego caiu na Venezuela mais de dez pontos percentuais. No final de 2015, a Venezuela tinha um desemprego mais baixo do que a União Europeia ou o Canadá. Os níveis de pobreza e a pobreza extrema caíram significativamente e de forma mais acentuada do que a média da América Latina. Diminuiu significativamente o número de famílias com necessidades básicas por satisfazer. A Venezuela subiu vários lugares no índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas. Os indicadores de desigualdade social diminuíram. Segundo a FAO, a Venezuela reduziu a subnutrição infantil e é hoje um país livre de fome. O número de inscritos no ensino universitário mais do que triplicou. Esta é a realidade que faz alguns destilarem raiva e ódio sobre a Venezuela e que os faz apoiar, sem reservas e sem vergonha, o boicote, a violência e a desestabilização económica, social e política”.*

Eurodeputados querem regras para combater exploração laboral no setor do vestuário

O Parlamento Europeu quer que a Comissão proponha legislação vinculativa sobre o dever de diligência nas cadeias de abastecimento do setor do vestuário para combater as violações dos direitos humanos e a exploração laboral. Entre 70% a 80% dos trabalhadores do setor do pronto-a-vestir nos países de produção são mulheres e, frequentemente, menores.

“Salários de miséria, furto dos salários, trabalho forçado e trabalho infantil, despedimentos arbitrários, locais de trabalho não seguros e condições de trabalho não salutareis, violência contra as mulheres, abusos de natureza física e sexual e condições de trabalho precárias” são as violações mais comuns dos direitos laborais no setor do pronto-a-vestir em países terceiros, nota o PE, recordando também os efeitos negativos do dumping social na indústria do vestuário europeia.

Os eurodeputados propõem uma série de medidas para combater a exploração laboral e evitar tragédias como a provocada pelo colapso do edifício Rana Plaza, no Bangladesh, em 2013, que abrigava várias fábricas de vestuário, provocando a morte a mais de 1100 pessoas.

Regras europeias para rastrear a origem do vestuário

O PE quer que a Comissão Europeia proponha *“legislação vinculativa sobre obrigações transnacionais referentes ao dever de diligência nas cadeias de abastecimento do setor do vestuário”*, e não apenas *“um documento de trabalho”* dos seus serviços. Essa proposta legislativa tem de estar em consonância com as novas orientações da OCDE sobre o dever de diligência no setor do vestuário e do calçado, entre outras normas internacionais.

Os eurodeputados apontam a *“incapacidade revelada pelas iniciativas voluntárias”* existentes em resolver as questões relacionadas com os direitos humanos e os direitos laborais no setor.

Instrumentos de política comercial

Os principais países que exportam para a UE abrangidos pela chamada *“iniciativa emblemática da UE no setor do vestuário”* têm acesso preferencial ao mercado europeu. Os eurodeputados pedem à Comissão que continue a incluir a ratificação das normas essenciais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos debates sobre a continuidade dos regimes comerciais preferenciais com os países ligados à cadeia de aprovisionamento global do setor do vestuário, bem como a reforçar os direitos humanos e as convenções laborais e ambientais ao abrigo do sistema de preferências generalizadas.

Etiquetagem: vestuário legalmente produzido

O PE propõe a elaboração de normas de etiquetagem a nível da UE em matéria de *“vestuário legalmente produzido”* para indicar que foram respeitadas condições de trabalho justas e para ajudar os consumidores nas suas decisões de compra através do fornecimento de uma melhor informação.

O relatório foi aprovado por 505 votos a favor, 49 contra e 57 abstenções.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O nosso vestuário é frequentemente produzido de uma forma que está longe de respeitar as condições básicas de dignidade, dado que os baixos preços*

continuam a ser o factor determinante para a aquisição pelo público, frequentemente em detrimento do bem-estar dos trabalhadores, sendo os direitos laborais desses trabalhadores frequentemente violados.

A Comissão Europeia, consentânea com o princípio da coerência das políticas para o desenvolvimento deverá elaborar uma proposta legislativa sobre o dever de diligência nas cadeias de abastecimento do sector do vestuário. Essa proposta deve centrar-se nos Direitos Humanos e realçar as principais dificuldades com que se deparam os trabalhadores do sector do vestuário (saúde e segurança no trabalho, salário de subsistência, liberdade de associação, violência e assédio sexual) e deve abordar os seguintes aspectos: os principais critérios de produção sustentável, a transparência, a rastreabilidade e mecanismos que assegurem uma análise independente e pública das práticas industriais, incluindo a recolha de dados e instrumentos de informação do consumidor, o acesso a vias de recurso, a igualdade de género, a declaração de diligência da cadeia de abastecimento e o reforço da sensibilização”.

Ordem do dia 26 e 27 Abril de 2017

► Quarta-Feira, 26 de Abril

15:00 - 24:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Situação na Hungria - *Declaração da Comissão*

Decisão adotada sobre o pilar europeu dos direitos sociais e a iniciativa para a conciliação entre vida privada e vida profissional - *Declaração da Comissão*

Ponto da situação na Turquia, em especial no que respeita ao referendo constitucional - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Programa de Apoio às Reformas Estruturais para o período 2017-2020 - *Relatório: Lambert van Nistelrooij, Constanze Krehl (A8-0374/2016)*

Ano Europeu do Património Cultural - *Relatório: Mircea Diaconu (A8-0340/2016)*

Discussão conjunta - Quitação 2015 (52 relatórios)

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Comissão Europeia e agências de execução - *Relatório: Joachim Zeller (A8-0150/2017)*

Quitação 2015: Relatórios especiais do Tribunal de Contas no âmbito da quitação à Comissão relativa ao exercício de 2015 - *Relatório: Joachim Zeller (A8-0160/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Parlamento Europeu - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0153/2017) 2*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Conselho Europeu e Conselho - *Relatório: Bart Staes (A8-0131/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Tribunal de Justiça da União Europeia - *Relatório: Benedek Jávor (A8-0136/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Tribunal de Contas Europeu - *Relatório: Benedek Jávor (A8-0151/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Comité Económico e Social Europeu - *Relatório: Bart Staes (A8-0144/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Comité das Regiões - *Relatório: Bart Staes (A8-0141/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Serviço Europeu para a Ação Externa - *Relatório: Benedek Jávor (A8-0122/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - 8.º, 9.º, 10.º e 11.º FED - *Relatório: Younous Omarjee (A8-0125/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Provedor de Justiça Europeu - *Relatório: Benedek Jávor (A8-0142/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Autoridade Europeia para a Proteção de Dados - *Relatório: Bart Staes (A8-0140/2017)*

Quitação 2015: Desempenho, gestão financeira e controlo das agências da UE - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0149/2017)*

Quitação 2015 - Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0147/2017)*

Quitação 2015 - Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0143/2017)*

Quitação 2015 - Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia (CdT) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0075/2017)*

Quitação 2015: Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0145/2017)*

Quitação 2015 - Academia Europeia de Polícia (CEPOL) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0081/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0087/2017)*

Quitação 2015 - Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0093/2017)*

Quitação 2015 - Autoridade Bancária Europeia (EBA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0079/2017)*

Quitação 2015 - Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0082/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0086/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia do Ambiente (EEA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0085/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECF) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0100/2017)*

Quitação 2015 - Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0098/2017)*

Quitação 2015: Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0106/2017)*

Quitação 2015 - Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0101/2017)*

Quitação 2015 - Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0127/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia de Medicamentos (EMA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0084/2017)*

Quitação 2015 - Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0099/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia para a Segurança Marítima (EMSA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0130/2017)*

Quitação 2015 - Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0115/2017)*

Quitação 2015 - Agência Ferroviária Europeia (AFE) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0128/2017)*

Quitação 2015 - Agência de Aprovisionamento da Euratom (AA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0126/2017)*

Quitação 2015 - Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0124/2017)*

Quitação 2015: Fundação Europeia para a Formação (ETF) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0118/2017)*

Quitação 2015 - Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (eu-LISA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0105/2017)*

Quitação 2015: Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0116/2017)*

Quitação 2015: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0111/2017)*

Quitação 2015 - Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0129/2017)*

Quitação 2015 - Serviço Europeu de Polícia (Europol) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0107/2017)*

Quitação 2015: Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0146/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Frontex) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0137/2017)*

Quitação 2015 - Agência do GNSS Europeu (GSA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0148/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum Bioindústrias (BBI) - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0103/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum Clean Sky 2 - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0094/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum ECSEL - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0113/2017)*

Quitação 2015 - Empresa comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio 2 (FCH) - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0109/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores 2 (IMI) - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0083/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum para o ITER - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0108/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum SESAR - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0096/2017)*

Gestão das frotas de pesca nas regiões ultraperiféricas - *Relatório: Ulrike Rodust (A8-0138/2017)*

Iniciativa emblemática da UE no setor do vestuário - *Relatório: Lola Sánchez Caldentey (A8-0080/2017)*

Breve apresentação do seguinte relatório:

Ponto da situação sobre a concentração de terras agrícolas na UE: como facilitar o acesso dos agricultores à terra - *Relatório: Maria Noichl (A8-0119/2017)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regulamento)

► **Quinta-Feira, 02 de Fevereiro**

08:30 - 11:20

Discussão conjunta - Relatórios anuais do BEI

Relatório anual sobre as atividades financeiras do Banco Europeu de Investimento - *Relatório: Georgios Kyrtos (A8-0121/2017)*

Relatório anual sobre o controlo das atividades financeiras do Banco Europeu de Investimento em 2015 - *Relatório: Nedzhmi Ali (A8-0161/2017)*

Ponto da situação da segunda avaliação do programa de ajustamento económico para a Grécia - *Declaração do Presidente do Eurogrupo*

11:30 - 14:00 VOTAÇÃO

Pedido de levantamento da imunidade de António Marinho e Pinto - *Relatório: Gilles Lebreton (A8-0163/2017)*

Marca da UE - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0054/2017)*

Convenção de Minamata sobre o Mercúrio - *Recomendação: Stefan Eck (A8-0067/2017)*

Assimetrias híbridas com países terceiros - *Relatório: Olle Ludvigsson (A8-0134/2017)*

Acordo de Cooperação Operacional e Estratégica entre a Dinamarca e a Europol - *Relatório: Agustín Díaz de Mera García Consuegra (A8-0164/2017)*

Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Ildikó Gáll-Pelcz - *Relatório: Indrek Tarand (A8-0166/2017)*

Relatório anual sobre o controlo das atividades financeiras do Banco Europeu de Investimento em 2015 - *Relatório: Nedzhmi Ali (A8-0161/2017)*

Programa de Apoio às Reformas Estruturais para o período 2017-2020 - *Relatório: Lambert van Nistelrooij, Constanze Krehl (A8-0374/2016)*

Ano Europeu do Património Cultural - *Relatório: Mircea Diaconu (A8-0340/2016)*

Programa da União de apoio a atividades específicas no domínio da informação financeira e da auditoria - *Relatório: Theodor Dumitru Stolojan (A8-0291/2016)*

Programa da União de apoio a atividades específicas na elaboração das políticas no domínio dos serviços financeiros - *Relatório: Philippe Lamberts (A8-0008/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Comissão Europeia e agências de execução - *Relatório: Joachim Zeller (A8-0150/2017)*

Quitação 2015: Relatórios especiais do Tribunal de Contas no âmbito da quitação à Comissão relativa ao exercício de 2015 - *Relatório: Joachim Zeller (A8-0160/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - 8.º, 9.º, 10.º e 11.º FED - *Relatório: Younous Omarjee (A8-0125/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Parlamento Europeu - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0153/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Conselho Europeu e Conselho - *Relatório: Bart Staes (A8-0131/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Tribunal de Justiça da União Europeia - *Relatório: Benedek Jávör (A8-0136/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Tribunal de Contas Europeu - *Relatório: Benedek Jávör (A8-0151/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Comité Económico e Social Europeu - *Relatório: Bart Staes (A8-0144/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Comité das Regiões - *Relatório: Bart Staes (A8-0141/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Serviço Europeu para a Ação Externa - *Relatório: Benedek Jávör (A8-0122/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Provedor de Justiça Europeu - *Relatório: Benedek Jávör (A8-0142/2017)*

Quitação 2015: Orçamento geral da UE - Autoridade Europeia para a Proteção de Dados - *Relatório: Bart Staes (A8-0140/2017)*

Quitação 2015: Desempenho, gestão financeira e controlo das agências da UE - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0149/2017)*

Quitação 2015 - Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0147/2017)*

Quitação 2015 - Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0143/2017)*

Quitação 2015 - Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia (CdT) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0075/2017)*

Quitação 2015: Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0145/2017)*

Quitação 2015 - Academia Europeia de Polícia (CEPOL) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0081/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia para a Segurança da Aviação (AESA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0087/2017)*

Quitação 2015 - Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0093/2017)*

Quitação 2015 - Autoridade Bancária Europeia (EBA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0079/2017)*

Quitação 2015 - Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0082/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0086/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia do Ambiente (EEA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0085/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECOP) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0100/2017)*

Quitação 2015 - Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0098/2017)*

Quitação 2015: Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0106/2017)*

Quitação 2015 - Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0101/2017)*

Quitação 2015 - Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0127/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia de Medicamentos (EMA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0084/2017)*

Quitação 2015 - Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0099/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia para a Segurança Marítima (EMSA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0130/2017)*

Quitação 2015 - Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0115/2017)*

Quitação 2015 - Agência Ferroviária Europeia (AFE) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0128/2017)*

Quitação 2015 - Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0124/2017)*

Quitação 2015: Fundação Europeia para a Formação (ETF) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0118/2017)* 17

Quitação 2015 - Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (eu-LISA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0105/2017)*

Quitação 2015: Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0116/2017)*

Quitação 2015 - Agência de Aprovisionamento da Euratom (AA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0126/2017)*

Quitação 2015: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0111/2017)*

Quitação 2015 - Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0129/2017)*

Quitação 2015 - Serviço Europeu de Polícia (Europol) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0107/2017)*

Quitação 2015: Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0146/2017)*

Quitação 2015 - Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Frontex) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0137/2017)*

Quitação 2015 - Agência do GNSS Europeu (GSA) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0148/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum Bioindústrias (BBI) - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0103/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum Clean Sky 2 - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0094/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum ECSEL - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0113/2017)*

Quitação 2015 - Empresa comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio 2 (FCH) - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0109/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores 2 (IMI) - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0083/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum para o ITER - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0108/2017)*

Quitação 2015 - Empresa Comum SESAR - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0096/2017)*

Gestão das frotas de pesca nas regiões ultraperiféricas - *Relatório: Ulrike Rodust (A8-0138/2017)*

Iniciativa emblemática da UE no setor do vestuário - *Relatório: Lola Sánchez Caldentey (A8-0080/2017)*

Ponto da situação sobre a concentração de terras agrícolas na UE: como facilitar o acesso dos agricultores à terra - *Relatório: Maria Noichl (A8-0119/2017)*

Relatório anual sobre as atividades financeiras do Banco Europeu de Investimento - *Relatório: Georgios Kyrtos (A8-0121/2017)*

Implementação da Diretiva relativa à gestão dos resíduos das indústrias extrativas - *Relatório: György Hölvényi (A8-0071/2017)*

Situação na Venezuela - *Propostas de resolução*

Regulamento Delegado da Comissão que altera o anexo III do Regulamento (UE) n.º 978/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais generalizadas